

Demasiado humano: aproximações entre Estudos da Deficiência e Antropologia Multiespécie¹

Amanda Dias Winter (PPGAS/UFRGS)
winteradias@gmail.com

Palavras-chave: Estudos Críticos da Deficiência; Antropologia Multiespécie; Ecologias crip.

A Rua dos Andradas localiza-se no Centro Histórico de Porto Alegre e constitui um dos eixos urbanos mais antigos e emblemáticos da cidade. Conhecida originalmente como Rua da Praia, em referência à sua proximidade com a antiga margem do Guaíba antes dos sucessivos aterros realizados a partir do final do século XIX, a via consolidou-se como espaço central da vida social, política e econômica porto-alegrense, concentrando diversos espaços de sociabilidade urbana. Ao longo do século XX, acompanhou os processos de transformação do centro da cidade e a redistribuição das centralidades urbanas (Eckert; Rocha, 2013). Atualmente, embora não detenha o mesmo prestígio simbólico do passado, a Rua dos Andradas permanece integrada ao cotidiano do Centro Histórico, marcada pela circulação intensa de pessoas, pela presença de museus, centros culturais, cafés e bares, os quais frequento com certa assiduidade.

Em uma tarde em que estava sentada em um café próximo à Casa de Cultura Mario Quintana, distraí-me da conversa para observar um ponto cinza que se movimentava rapidamente pela rua de paralelepípedos da mesma cor. O que chamou minha atenção foi a dificuldade de distinguir o que era aquela forma em movimento, justamente por esta se camuflar com o cinza das pedras da rua. Continuei observando e percebi que se tratava de um rato, que havia saído de um bueiro e buscava abrigo em outro, no lado oposto da rua; este tomado por lixo, o que impedia sua entrada. O animal corria de um lado para o outro, confuso pelo movimento dos carros, chamando a atenção de algumas pessoas sentadas nas mesas espalhadas pela calçada em um dia de calor. O rato, assustado, conseguiu se guiar pelo cordão da rua até a esquina da Rua General São Manoel, em direção à Avenida Mauá, que fica próxima ao Guaíba. Ambas as vias, tanto a Avenida Mauá quanto esse trecho da Rua dos Andradas, estiveram submersas pelas águas das enchentes de maio de 2024, alguns meses antes dessa cena.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

A parceria entre Airton e Habib

Foi também na Rua dos Andradas que me deparava com frequência um homem cego passeando com seu cão-guia. É comum observar pessoas cegas pelo centro da cidade, não por este ser um lugar acolhedor, mas pela proximidade com uma instituição de apoio, a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), localizada na Rua Vigário José Inácio. O cão e o homem chamavam minha atenção sempre que cruzavam meu caminho, justamente por essa parceria não ser comum. Não estou habituada a encontrar pessoas cegas acompanhadas de cães-guia na cidade de Porto Alegre. Nesse período, eu considerava escrever o projeto para a seleção de doutorado sobre a relação entre pessoas cegas e seus cães-guia e havia participado recentemente de uma capacitação sobre orientação e mobilidade, promovida pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRGS (INCLUIR/UFRGS), ministrada pela professora de braille, Marilene, em companhia de sua cão-guia, Estrela, o que certamente aguçou meu olhar. Mais adiante, também motivada pelo novo tema de pesquisa, abordei a dupla: o homem, se chama Airton e seu *parceiro*, como ele mesmo designa o cachorro, se chama Habib.

Essa aproximação dialoga com o que Silvana Nascimento (2019) discute sobre a impossibilidade de um observador neutro. Nascimento evidencia que o corpo da antropóloga é o lugar onde a experiência acontece e o conhecimento é produzido. A pesquisa não se dá apenas pelo olhar distanciado, mas pela afetação e pela presença física que, marcadas por especificidades de gênero, classe, raça e também pela deficiência, definem os contornos do que pode ser conhecido em campo.

Nesse sentido, Pedro Lopes (2022) recorre à noção de perspectiva feminista (*standpoint theory*), formulada por Patricia Hill Collins, para sublinhar a importância política e epistemológica da autoria. Lopes argumenta que, assim como o feminismo negro evidenciou a relevância de quando sujeitos marcados por categorias de diferença assumem a autoria, é preciso reconhecer que a deficiência também engendra uma perspectiva singular. Ao colocar a deficiência no centro da análise, opera-se um deslocamento análogo ao proposto por Collins: deixa-se de tratá-la apenas como objeto de estudo para assumi-la como um lugar de fala analítico, capaz de tensionar repertórios imaginativos e interpelar estruturas de poder.

Assumo essa autoria a partir da minha própria condição de pessoa com deficiência visual. Minha aproximação de Airton e Habib não se faz de um ponto de vista exterior, mas a partir de uma experiência situada de baixa visão, que orientou meus trabalhos anteriores.

Por isso, sustento que a cena que descrevo não é a observação de uma experiência de deficiência, mas o encontro entre duas experiências distintas de deficiência visual, a minha e a de Airton, atravessadas por modos distintos de habitar a cidade e de perceber o ambiente.

Durante uma conversa que tive com Airton, na companhia de Habib, uma questão passou a me intrigar: como abordar uma ferramenta de acessibilidade que também é um ser vivo? A inquietação que me guiava era como descrever uma tecnologia sem instrumentalizá-la a ponto de negar a subjetividade do cão e como, na relação entre os dois, essas subjetividades eram compartilhadas. Foi então que Airton me disse que Habib era uma ferramenta, no sentido de ser uma tecnologia, mas não uma ferramenta entendida como um ser distante, distinto ou inanimado, desprovido de sentimentos. Conversamos, então, sobre a relação de cuidado mútuo estabelecida entre os dois, mas outro tópico me chamou a atenção. Airton contou que mora em Porto Alegre há duas décadas, mas que nunca havia percebido como essa região é suja. Perguntei como sua percepção havia mudado desde que passou a se locomover com o auxílio de Habib, e ele respondeu que, com a bengala, percebia principalmente obstáculos como buracos e desníveis das calçadas, enquanto Habib é facilmente atraído pelo lixo e pelos animais encontrados pelo caminho, o que fez com que percebesse, de forma mais aguda, a materialidade do lixo no cotidiano da cidade.

A definição de Habib por Airton, como tecnologia que não é inanimada, remete à provocação de Isabelle Stengers (2002) de que a representação de um fenômeno científico ou técnico é sempre uma invenção política. Ao recusar a separação moderna entre sujeito e objeto, Airton propõe uma política ontológica própria. Além disso, a navegação da dupla pela materialidade do lixo e dos buracos exemplifica o que Tim Ingold (2015) descreve como conhecimento adquirido por meio do movimento e do habitar. Eles não observam a cidade de fora; conhecem-na ao trilhar caminhos e reagir às texturas do ambiente, em um emaranhamento contínuo entre humanos e não-humanos. Foi somente a partir de uma reflexão posterior, buscando aproximações entre a epistemologia dos Estudos da Deficiência e a Antropologia Multiespécie, que consegui articular esses momentos distintos. A partir deles, torna-se possível perceber que a vida social é sustentada por uma trama multiespécie mais ampla do que a relação entre um homem e seu parceiro canino. O que defendo, portanto, é que o que conecta esses universos de estudo, para além do reconhecimento da vulnerabilidade compartilhada entre corpos, materiais e temporalidades

heterogêneas emaranhadas em um mesmo espaço, é a descentralização de um imaginário específico de humanidade.

O modo como Habib reorganiza a percepção de Airton encontra elaboração no trabalho de Olivia Von der Weid sobre a mobilidade de pessoas cegas. Von der Weid (2015, 2021) descreve a relação entre pessoa cega e cão-guia como um acoplamento perceptivo, no qual a percepção do ambiente não pertence isoladamente a nenhum dos dois, mas se produz na coordenação tátil-cinética entre os corpos. A autora propõe pensar o corpo do cego como um corpo estendido, cujos limites não coincidem com a pele, e a caminhada com o cão como um passo a dois, em que ritmo, direção e atenção são negociados a cada momento. Argumento que é nesse acoplamento que se torna inteligível a afirmação de Airton sobre a sujeira da cidade. Não se trata de Habib transmitir uma informação a um receptor humano, mas de a percepção da infraestrutura urbana, do lixo, dos restos de comida e dos outros animais, emergir da própria coordenação entre os dois corpos. O que Airton passa a perceber não é um dado que já estava ali à espera, mas um mundo que se torna sensível na relação.

Essa recusa em reduzir Habib a um instrumento dialoga com o campo da tecnociência crip. Aimi Hamraie e Kelly Fritsch (2019) propõem deslocar a tecnologia assistiva da lógica da compensação de um déficit para a de uma produção situada de acesso. As autoras criticam a concepção que trata a pessoa com deficiência como receptora passiva de dispositivos projetados por terceiros e sustentam que o acesso é um trabalho material e político, feito com e a partir de corpos não normativos. Entendo que a parceria entre Airton e Habib é, nesse sentido, uma prática de tecnociência crip. O acesso à cidade não é fornecido por um dispositivo, mas produzido na relação de cuidado, ajuste e atenção mútua entre um homem e um animal. Quando Airton afirma que Habib é uma tecnologia, mas não uma ferramenta inanimada, ele formula, em seus próprios termos, a crítica que a tecnociência crip dirige à separação entre o corpo com deficiência e o artefato que o assiste.

Demasiado humano: o sujeito da antropologia

A antropologia, em sua formulação clássica e hegemônica, consolidou a imagem de um sujeito específico: autônomo, racional, delimitado e biologicamente normativo, isto é, *capaz*. As fundações epistemológicas da disciplina, seus métodos de produção de conhecimento, suas categorias analíticas e seus compromissos éticos foram historicamente predados sobre esse sujeito humano normativo, que observa, categoriza e interpreta o

mundo a partir de uma posição de distanciamento e verticalidade. O observador antropológico clássico era concebido como um corpo que vê sem ser visto, capaz de atravessar o campo sem falhas ou dependência, extraindo dados de culturas tomadas como objetos de estudo.

Sylvia Wynter (2003) nomeia esse sujeito. A autora argumenta que aquilo que se apresenta como o humano é, na verdade, uma configuração particular, o Homem, forjada na história europeia, colonial e burguesa, que passou a ocupar o lugar de toda a humanidade. Wynter chama esse processo de sobre-representação: uma variante local e historicamente situada do humano universaliza-se e confunde-se com a própria espécie. O efeito é que todos os que se afastam desse ideal, por raça, por classe, por corpo ou por capacidade, são empurrados para fora da humanidade plena e tratados como menos humanos. Defendo que o capacitismo opera dentro dessa lógica. A pessoa com deficiência é medida pela distância que a separa do Homem capaz, autônomo e produtivo, e é por essa medida que se vê aproximada da condição atribuída ao animal. A crítica que proponho ao sujeito da antropologia é, nesse sentido, uma recusa da sobre-representação descrita por Wynter.

No início do século XXI, esse centro de referência passa por uma instabilidade profunda. Duas vertentes de pesquisa, com origens distintas, mas que busco aproximar nesse trabalho, os Estudos Críticos da Deficiência e a Antropologia Multiespécie, emergem não apenas como áreas temáticas, mas como críticas à própria forma de produzir conhecimento na antropologia. Ambas questionam o sujeito humanista que historicamente orientou a disciplina e propõem deslocamentos teóricos, metodológicos e éticos amplos.

Os estudos sobre a deficiência surgiram no Reino Unido nos anos 1970, e sua contribuição inicial foi o modelo social. Como sintetiza Débora Diniz (2007), o modelo social deslocou a deficiência do corpo individual para a organização social que o exclui: a deficiência deixou de ser entendida como consequência natural de uma lesão e passou a ser descrita como uma forma de opressão social, análoga ao sexismo e ao racismo. Formulado por ativistas britânicos com lesão medular e desenvolvido por Michael Oliver (1990), o modelo separou a lesão, condição do corpo, da deficiência, desvantagem imposta por uma sociedade que não prevê nem incorpora a variação corporal. Argumento que os Estudos Críticos da Deficiência radicalizam essa formulação ao interrogar a pressuposição do corpo capaz que sustenta concepções tradicionais de cultura, agência e pessoa. Mesmo quando culturalmente relativista, a antropologia clássica preservou a estabilidade biológica do corpo humano como uma constante universal, sobre a qual a cultura se inscreveria. Nesse

quadro, a deficiência apareceu de forma marginal, tratada como patologia individual, anomalia médica ou fonte de estigma. Ao deslocá-la desse lugar periférico, os Estudos Críticos propõem compreendê-la como fenômeno múltiplo e como uma lente analítica capaz de transformar a pesquisa antropológica contemporânea (Mello; Aydos; Schuch, 2022). A deficiência não é uma exceção à experiência humana, mas parte constitutiva dela, uma vez que a vulnerabilidade corporal, o envelhecimento e a variação das capacidades funcionais atravessam todas as sociedades.

Esse deslocamento implica uma ruptura com o modelo médico, que localiza a deficiência no corpo individual, em direção a modelos sociais, políticos e relacionais. Nesse enquadramento, a deficiência emerge quando a participação social é restringida por expectativas normativas e por condições materiais excludentes. Para a antropologia, isso significa reconhecer que etnografias sobre parentesco, trabalho, tecnologia, biopolítica, racismo, desastres ambientais ou violência estrutural permanecem incompletas se ignoram os modos pelos quais esses processos produzem deficiência e organizam a vida de corpos considerados incapazes. Como argumentam Rapp e Ginsburg (2001), os mundos da deficiência oferecem um diagnóstico do futuro coletivo, sobretudo em um contexto de instabilidade ecológica, demográfica e tecnológica, no qual experiências de adaptação, dependência e inovação deixam de ser excepcionais.

Cripistemologia e interdependência

Nesse debate, a noção de cripistemologia, formulada por Merri Lisa Johnson e Robert McRuer (2014), ocupa um lugar central. Ao questionar a figura do observador neutro, a cripistemologia sustenta que corpos com deficiência produzem formas específicas e valiosas de conhecimento. O conhecer é entendido como prática corporificada, moldada pelas condições materiais e sensoriais de existência em um mundo projetado para corpos capazes. Na antropologia, isso desestabiliza a autoridade do etnógrafo que percorre o campo a partir de um ponto de vista autônomo e vertical, ao perguntar como o campo se configura a partir de diferentes experiências corporais, temporais e cognitivas.

Condições corporais específicas não são impedimentos para a pesquisa, mas vetores que singularizam o olhar e a escrita. Assim, a cripistemologia não é apenas teórica, mas também metodológica, ao legitimar o uso do corpo dissidente como ferramenta de investigação capaz de captar nuances da realidade inalcançáveis pela normatividade.

Ao desmontar o ideal do sujeito autônomo e independente, os estudos da deficiência enfatizam a interdependência como condição fundamental da vida social. Rosemarie Garland-Thomson (2011) demonstra que a independência é uma ficção sustentada por redes, muitas vezes invisíveis, de cuidado, tecnologia e infraestrutura, que se tornam evidentes quando corpos deixam de se conformar à norma. O eu aparece menos como entidade isolada e mais como nó em uma trama relacional, o que desafia epistemologias centradas na autonomia individual e aponta para uma ética do cuidado.

Essa valorização da interdependência prepara o terreno para a virada multiespécie na antropologia. Se os humanos não são autossuficientes, mas dependentes de redes sociotécnicas e ecológicas, também não podem ser pensados fora de suas relações com o mundo não-humano. A antropologia multiespécie busca descentralizar o humano ao considerar as vidas, agências e histórias de animais, plantas, microrganismos e paisagens. Esse movimento questiona a diferença antropológica que separou humanos da natureza e desafia a concepção da disciplina como ciência exclusiva do homem humano.

A crítica ao antropocentrismo que sustenta essa virada é formulada por Felipe Sússekind (2018). Sússekind argumenta que o pensamento antropológico opera por um dispositivo que delimita a vida humana como vida qualificada e política e rebaixa a vida animal a uma condição desqualificada e mecânica, e propõe pensar a vida multiespécie a partir do esgotamento da oposição entre cultura e natureza. Defendo que esse mesmo dispositivo, no interior da espécie humana, separa o Homem apto de todos os que dele se afastam, e reaparece na cidade quando se distingue o cão, reconhecido; do rato, descartável. Pensar a vida multiespécie, nesses termos, não é estender o estatuto humano aos animais, mas recusar a partição que qualifica algumas vidas e desqualifica outras.

Enquanto a antropologia clássica abordava o não-humano sobretudo como símbolo, recurso ou ferramenta, a etnografia multiespécie insiste que outros organismos possuem vidas biográficas e politicamente legíveis. Eles não são apenas meios para fins humanos, mas participantes ativos na coprodução de mundos sociais. Ao explorar zonas de contato entre espécies, essa abordagem desloca o foco do que os não humanos significam para os humanos para como vivem com eles, em relações de simbiose, predação, parasitismo e afeto, como apontado por Haraway (2021, 2022). A agência passa a ser concebida como distribuída, e o corpo humano como uma composição multiespécie, formada por agenciamentos microbianos, tecnológicos e ambientais.

Ecologias crip: o rato, o cão e a vulnerabilidade compartilhada

A convergência entre os Estudos da Deficiência e a Antropologia Multiespécie encontra nas ecologias crip um de seus desdobramentos mais produtivos. Esse campo parte da premissa de que capacitismo e antropocentrismo operam segundo uma lógica comum de valoração, ao estabelecer quais corpos e formas de vida são considerados saudáveis, produtivos e dignos de cuidado. Nesse debate, Sunaura Taylor (2017) demonstra que a marginalização de pessoas com deficiência e a exploração de animais não constituem formas distintas de opressão, mas efeitos do mesmo sistema de classificação. Em vez de aproximar pessoas com deficiência e animais para ampliar o círculo moral, a autora desloca a própria norma que organiza essa hierarquia. O capacitismo deixa, assim, de ser entendido apenas como discriminação contra pessoas com deficiência e passa a operar como um princípio mais amplo de distribuição diferencial de valor entre formas de vida.

É a partir dessa formulação que proponho interpretar a relação entre Airton, Habib e o rato. Habib não aparece apenas como uma tecnologia assistiva, mas como parceiro de uma relação de interdependência que produz acesso, percepção e cuidado. O rato, por sua vez, ocupa a posição oposta nessa mesma economia moral. A diferença entre ambos não reside em características intrínsecas dos animais, mas no regime de valoração que reconhece algumas vidas como dignas de proteção e outras como descartáveis.

Essa distribuição diferencial do valor das vidas pode ser aprofundada a partir da noção de hierarquias de animacidade, proposta por Mel Y. Chen (2012). Chen demonstra que humanos, animais, objetos e substâncias são organizados em escalas graduais de agência e vitalidade, atravessadas por processos de racialização, patologização e desumanização. Argumento que o capacitismo participa dessa mesma distribuição de animacidade. Habib é reconhecido como animal de trabalho e tecnologia de acesso; o rato, ao contrário, é reduzido à condição de matéria contaminante, contígua ao lixo e ao esgoto, ocupando a base dessa hierarquia.

Essa leitura encontra ressonância na análise clássica de Mary Douglas (2020), para quem a sujeira não constitui uma propriedade intrínseca das coisas, mas resulta da transgressão das classificações que sustentam uma determinada ordem social. O rato torna-se impuro não pelo que é, mas porque atravessa fronteiras entre o bueiro e a rua, entre o esgoto e os espaços de convivência humana. A repulsa que desperta expressa menos uma ameaça objetiva do que a necessidade de preservar uma ordem simbólica.

Como demonstra Biehler (2013), a própria categoria de praga é produzida por condições históricas e infraestruturais. Ratos proliferam onde há precariedade urbana, acúmulo de resíduos e abandono do espaço público. A cena etnográfica descrita no início deste trabalho evidencia precisamente esse processo. O rato desloca-se entre bueiros obstruídos pelo lixo, em uma região marcada pelas enchentes de 2024 e pela deterioração da infraestrutura urbana. É nesse mesmo território que Airton, acompanhado por Habib, experimenta as barreiras produzidas pela cidade. A vulnerabilidade do rato e a inacessibilidade enfrentada por Airton não constituem fenômenos independentes, mas efeitos de um mesmo regime material e político que distribui desigualmente cuidado, abandono e possibilidades de circulação.

Essa aproximação não pretende equiparar pessoas com deficiência e animais, nem apagar a longa história de animalização que atravessa a experiência da deficiência. Seu objetivo é outro: mostrar que capacitismo e antropocentrismo se reforçam mutuamente ao organizar hierarquias de valor entre corpos, espécies e ambientes. Nessa perspectiva, a articulação entre Estudos da Deficiência e Antropologia Multiespécie permite compreender a vulnerabilidade como um fenômeno relacional e politicamente distribuído, em vez de uma condição inerente a determinados corpos.

Por uma antropologia relacional

Esses deslocamentos teóricos produzem mudanças metodológicas significativas. A crítica e à centralidade tanto da visão quanto da linguagem humana questiona procedimentos clássicos da antropologia e abre espaço para métodos sensoriais, corporificados e especulativos no campo da antropologia crip e multiespécie. No plano epistemológico, a unidade de análise deixa de ser o indivíduo e passa a ser o agenciamento, entendido como uma composição de humanos, não-humanos, objetos, infraestruturas e forças materiais e afetivas. Esse deslocamento é também ético, ao deslocar o foco da representação para o cuidado como método e para a atenção às micropolíticas que sustentam a vida em contextos de dano e precariedade, como sugere Tsing (2022). No caso desta pesquisa, esses métodos sensoriais e corporificados não são uma escolha estilística, mas uma consequência da minha posição crip.

A articulação entre os Estudos Críticos da Deficiência e a Antropologia Multiespécie produz um deslocamento duradouro na epistemologia antropológica. Ao abandonar a figura do humano autônomo e plenamente capaz, a disciplina passa a se

orientar por uma antropologia relacional, marcada pela vulnerabilidade e pela interdependência. Trata-se de uma antropologia que não observa à distância, mas pensa com corpos, paisagens e vidas atravessadas pelo dano, reconhecendo que a deficiência deixa de ser exceção para se tornar uma condição amplamente compartilhada. O conhecimento que emerge desse enquadramento não busca abarcar a totalidade, mas assume o cuidado como compromisso parcial, situado e responsável, operando simultaneamente como fundamento ético e epistemológico.

Por fim, a convergência entre esses campos desafia a futuridade normativa que orientou a Antropologia, baseada na ideia de progresso contínuo e superação da limitação. A futuridade crip, tal como formulada por Alison Kafer (2013), propõe imaginar futuros que não eliminem a deficiência, mas a incorporem como parte do tecido social. De modo semelhante, a antropologia multiespécie convoca a imaginar futuros que incluam formas de vida consideradas indesejáveis, dissidentes ou monstruosas. A esperança deixa de ser sinônimo de otimismo e passa a operar como método de resistência e adaptação.

REFERÊNCIAS

- BIEHLER, Dawn Day. **Pests in the City**: flies, bedbugs, cockroaches, and rats. Seattle: University of Washington Press, 2013.
- CASTRO, Rosana. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 1, e192796, 2022.
- CHEN, Mel Y. **Animacies**: biopolitics, racial mattering, and queer affect. Durham: Duke University Press, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho (org.). **Etnografia de rua**: estudos de antropologia urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Misfits: a feminist materialist disability concept. **Hypatia**, v. 26, n. 3, p. 591-609, 2011.

GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna. Enabling disability: rewriting kinship, reimagining citizenship. **Public Culture**, v. 13, n. 3, p. 533-556, 2001.

HAMRAIE, Aimi; FRITSCH, Kelly. Crip technoscience manifesto. **Catalyst: feminism, theory, technoscience**, v. 5, n. 1, p. 1-33, 2019.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Tradução de Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. Tradução de Juliana Fausto. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fabio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

JOHNSON, Merri Lisa; McRUER, Robert. Cripistemologies: introduction. **Journal of Literary & Cultural Disability Studies**, v. 8, n. 2, p. 127-147, 2014.

KAFER, Alison. **Feminist, queer, crip**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 64, p. 297-330, set./dez. 2022.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.

OLIVER, Michael. **The politics of disablement**. London: Macmillan, 1990.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. Tradução de Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002.

SÜSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécie. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 159-178, 2018.

TAYLOR, Sunaura. **Beasts of burden**: animal and disability liberation. New York: The New Press, 2017.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

VON DER WEID, Olivia. O corpo estendido de cegos: cognição, ambiente, acoplamentos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 935-960, 2015.

VON DER WEID, Olivia. Passo a dois: percepção tátil-cinética na mobilidade com cão-guia. **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 127-152, 2021.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: towards the human, after man, its overrepresentation — an argument. **CR: The New Centennial Review**, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.